

UMA CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS COM POSSÍVEIS CARÊNCIAS DE DIRECIONAMENTO DE RECURSOS EM MINAS GERAIS

Vanessa Petrelli Corrêa (IE/UFU), Marisa dos Reis de Azevedo Botelho (IE/UFU)¹

André Luiz Pires Muniz (IE/UFU)²

Resumo: O objetivo desse trabalho é o de levantar os espaços com possíveis carências de direcionamento de recursos em Minas Gerais. A perspectiva teórica adotada é a Keynesiana, adotando-se a idéia de que as questões financeiras influem no desenvolvimento de uma determinada localidade, sendo importante estudar as diversidades regionais (e intrarregionais) existentes. Procura-se mapear as regiões de maior carência e a hipótese é a da concentração de recursos nas regiões mais urbanas e dinâmicas, sendo que os Polos de Microrregiões provavelmente apresentem carências menores, assim como os municípios que pertencem a APLs. Utilizam-se indicadores de captação de crédito para os municípios.

Palavras Chave: Distribuição de Recursos, Diversidades Regionais, Sistema Financeiro, Crédito Regional

Área: 2- Economia Mineira

1-Introdução .

O objetivo do presente trabalho é o de caracterizar áreas e agentes marginalizadas no direcionamento de recursos no estado de Minas, destacando-se os financiamentos aos agentes de menor porte, geralmente mais excluídos da agenda da oferta de recursos.

O ponto de partida para tal análise é a discussão acerca dos fatores que levam a que localidades periféricas tenham um menor direcionamento de recursos por parte do Sistema Financeiro. A abordagem é Keynesiana, sendo considerado que as questões financeiras são essenciais para a compreensão do desenvolvimento de determinada localidade. Neste sentido, na primeira seção seguinte apresentamos, brevemente, os principais pontos teóricos que balisam a análise e as hipóteses do trabalho. Na seção três descreve-se a metodologia e na seção quatro é apresentado um resumo dos principais resultados encontrados. Encerra-se o estudo com algumas considerações finais.

2- Perspectiva teórica

O ponto de partida do presente estudo é o de que as questões financeiras afetam o desenvolvimento regional, sendo que o mesmo não depende meramente de aspectos produtivos. A questão da oferta de recursos e da decisão do Sistema Bancário de liberar empréstimos numa determinada localidade é fundamental para o desenvolvimento da mesma. A questão central é a de que o “lado real” e o “monetário” são indissociáveis, sendo que outro elemento importante é o de que a dinâmica da oferta de recursos apresenta forte diversidade a depender da localidade aonde o agente demandante se encontra.

Para considerar estes aspectos o trabalho filia-se à perspectiva teórica Keynesiana, em que destaca-se a importância da moeda e de como a mesma afeta motivos e decisões dos agentes econômicos, em ambientes dominados pela incerteza, como os da economia capitalista. Nesta concepção, a escolha dos ativos realizada pelos agentes envolve a expectativa quanto ao comportamento do mercado e quanto aos preços dos ativos, sendo que todos possuem uma “taxa de juros própria”, inclusive a Moeda. A decisão de aplicação envolve então a comparação entre diversos ativos, com diferentes características, sendo que a escolha de um ativo menos líquido envolve a comparação da possível rentabilidade do mesmo vis a vis a dos outros, com menor rigidez. Além disso, tendo em vista o conceito de incerteza presente em uma economia monetária da produção, destaca-se a forte demanda por um ativo socialmente aceito como riqueza, que mantém seu valor ao longo do tempo e é capaz de ser trocado por outro rapidamente e sem perdas – a moeda, que tem o atributo de ser a liquidez por excelência.

¹ Professoras do Instituto de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFU.

² Aluno do Doutorado em Economia do IE/UFU

Neste tipo de economia, a oferta de moeda é central e a questão do financiamento aparece numa abordagem distinta, na medida em que a mesma é parcialmente endógena, podendo ser ofertada pelo sistema bancário, criador de moeda contábil. A partir desses conceitos mais gerais, o que interessa destacar para os propósitos do presente trabalho é a lógica de operação do sistema bancário considerando dois aspectos:

- i) o que se refere à oferta de créditos;
- ii) o que se refere à distribuição geográfica desse crédito.

Quanto ao primeiro aspecto, a perspectiva keynesiana levanta a inevitável relação entre o “lado real” e o “monetário” em economias aonde impera a generalização das trocas - mais especificamente, a capitalista. No caso dos bancos, considera-se que eles são agentes que buscam a valorização de seu capital, sendo que a oferta de empréstimos se apresenta como uma das alternativas possíveis de aplicações. Destaca-se que eles são agentes especiais, que podem criar moeda (ofertando créditos a seus clientes). De um lado, estes créditos aparecem como um ativo próprio e de outro a oferta do mesmo gera, ato contínuo, depósitos que geram a “partida dobrada” e fecham o balancete bancário. Esta criação de moeda, por sua vez, não depende da poupança passada (KEYNES, 1971a; 1971b), não depende dos depósitos, tendo a ver com a perspectiva de os bancos aceitarem ficar mais ou menos “ilíquidos”. A consideração é a de que as pessoas podem poupar “*ex ante ou ex-post até ficarem azuis*” (KEYNES, 1971b: 222), que isto não será capaz de gerar os valores demandados por aqueles que precisam de recursos. Na verdade, a capacidade de levantar o “*cash*” que permite decisões de gasto, depende fortemente de “especialistas” : do Sistema Bancário e de sua decisão quanto à sua posição de iliquidez, na medida em que o mesmo pode criar moeda.

Observe-se que este é o ponto de partida da análise, ainda que o próprio Keynes não tenha em seus escritos se aprofundado em explicar o comportamento de endividamento dos agentes; da relação entre ativos e passivos dos mesmos. Neste contexto, MINSKY (1986) é considerado um autor central no avanço da explicação do perfil de endividamento dos agentes e do comportamento do Sistema Bancário, sendo que o mesmo desenvolve a explicação de como se processam ajustes de portfólio dos agentes, à depender do momento do ciclo financeiro que se enfrenta. A indicação é a de que o objetivo de valorização leva a que se busque continuamente uma relação entre rentabilidade e segurança, sendo que os ativos e passivos bancários se ajustam, considerando esta perspectiva.

Expandindo esta questão MINSKY (1986) mostra que, do lado dos ativos os empréstimos são considerados como “posições” muito ilíquidas, sendo que as contas “Encaixe” e “Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários” têm um perfil de maior liquidez. Neste contexto, as decisões de composição dos portfólios bancários e, dentro deles a oferta de empréstimos, dependem do momento do ciclo econômico e da expectativa do próprio banco quanto aos acontecimentos futuros.

Outro fato destacado dentro deste debate refere-se à questão da cobertura das necessidades de liquidez do próprio sistema bancário. MINSKY (1986) aborda também este aspecto ao mostrar a evolução institucional do Sistema bancário, indicando que o mesmo passa a ter formas múltiplas de levantar recursos líquidos quando necessita. Há instrumentos que estão do lado do ATIVO, referente à manutenção de ativos líquidos rapidamente conversíveis em moeda e passam a existir também instrumentos do lado do PASSIVO bancário. No caso desses últimos eles são inovações financeiras surgidas a partir da década de 1960 e dizem respeito à geração rápida de dívida para cobrir necessidades de liquidez. Na verdade, o que se destaca é que o Sistema Bancário passa a ficar cada vez menos passível de controle em sua criação de moeda, uma vez que pode suprir as necessidades imediatas de Caixa de múltiplas formas. CHICK (1986) também aborda o mesmo tema, destacando a existência de “estágios” de desenvolvimento institucional do Sistema Bancário.

Segundo a mesma autora no estágio atual (de número 5), a característica institucional do Sistema é a da forte autonomia, destacando-se que, para além das múltiplas formas de levantar *cash*, se adenda também a consolidação do mercado interbancário, o crescimento do papel do Banco Central como emprestador de última instância e o processo de securitização que interliga o mercado de crédito ao de capitais.

Conforme já mencionado, apesar de levar em conta a capacidade que o sistema bancário tem de criação de moeda, considera-se que os empréstimos são ativos mais ilíquidos, que não podem ser usados para gerar *cash*³, sendo considerados uma "posição"(*position*)⁴. A partir daí, para manter este "ativo posição", que gera rentabilidade, é necessário que haja outros ativos que tenham o perfil de liquidez. Há então a necessidade de se operar com "margens de segurança" para garantir a liquidez. O nível das referidas margens, por sua vez, depende das expectativas bancárias⁵.

MINSKY (1986) mostra que nos períodos de expansão, o comportamento dos bancos vai no sentido de aceitar mais riscos, em prol do potencial de uma maior lucratividade. Nos momentos de expectativas positivas a tendência é a de que a participação das operações de Empréstimos sobre o total do Ativo se expandam e a de que a participação dos Encaixes e dos Títulos e Valores Mobiliários se reduzam. Contrariamente, no momento de reversão do ciclo (ou de expectativa de reversão) há um ajuste imediato, reduzindo-se rapidamente a participação dos Empréstimos e aumentando a participação das outras duas contas mencionadas. Com isto, mostra-se que os bancos tendem a ser os primeiros agentes que se retraem no sentido de reduzir a liquidez nos mercados quando as expectativas começam a reverter. Neste sentido, *“os riscos de redução da demanda agregada passam a estar localizados muito mais na política dos bancos em relação à compra de ativos do que nos motivos dos indivíduos”* (CARDIM DE CARVALHO, 2006: 36).

É considerando esta concepção que o presente trabalho se assenta sendo que, a partir dela, levanta-se o segundo aspecto teórico considerado, o referente à diversidade da oferta de crédito em termos regionais, especialmente a partir da abordagem de de DOW (1993a; 1993b) e de CHICK & DOW(1988).

No que se refere às referidas diversidades, ainda que não pertencente à mesma matriz teórica, o trabalho de CHRISTALLER (1966) traz elementos importantes para as idéias desenvolvidas ao longo do presente trabalho, já consideradas em diferentes estudos de viés keynesiano. O referido autor, a partir de uma análise essencialmente intuitiva, desenvolve a idéia de que existem “lugares centrais” aonde há concentração populacional e produtiva e aonde são ofertados serviços, que respondem a uma demanda que ultrapassa as fronteiras da própria localidade. Esta densidade produtiva e de pessoas leva ao oferecimento de serviços especializados, por vezes não encontrados em centros urbanos menores⁶. Ademais, a tendência é a de que haja forte concentração de atividades de serviços nessas localidades, sendo que o entorno das mesmas utiliza-se desses serviços, levando a que a população circunvizinha se dirija ao “lugar central” para várias atividades e não ao seu próprio município. Ou seja, a idéia é a de que estas localidades que se conformam como lugares centrais são capazes de polarizar áreas em seu entorno. Ademais dessa questão, outro conceito desenvolvido por Christaller que será levantado no trabalho é o de que é possível construir um “sistema de lugares centrais hierárquicos”, estabelecendo-se uma gradação quanto à centralidade de determinado espaço.

Ainda que existam várias críticas à forma como o autor em foco utilizou esses conceitos e do modelo deles derivado (PARR,2002), o que interessa, no presente momento, é levantar esses aspectos intuitivos mais gerais, que destacam a diferença na dinâmica financeira e na lógica de oferta de créditos existente entre municípios de diferentes condições em diferentes localidades.

Neste sentido, faz-se a extensão dessa análise e considera-se que as atividades financeiras são um dos serviços especiais articulados a estes “lugares centrais”. Esta perspectiva inicial leva a duas considerações: i) as atividades financeiras tendem a se concentrar nessas localidades mais dinâmicas, tanto em termos produtivos, quanto populacionais, estando relacionada à presença de economias urbanas; ii) é possível levantar a importância de municípios de médio porte, enquanto “lugares centrais” num nível de hierarquia mais baixo.

³- Como veremos mais adiante, mesmo os empréstimos podem se tornar ativos líquidos.

⁴- Um estoque no portfólio bancário.

⁵- Estas se baseiam essencialmente nas expectativas de curto prazo do mercado.

⁶ A urbanização considerada para o conceito de “lugar central” envolve dois movimentos, o de concentração e também o de centralização(CROCCO *et al* ,2005), no sentido de que existe diferença entre centros urbanos, havendo hierarquias quanto ao oferecimento de serviços especializados

Estes conceitos são importantes, porque o estudo proposto visa analisar a distribuição de recursos no estado de Minas Gerais, buscando detectar possíveis espaços de carência de recursos, sendo importante a compreensão de que a diversidade entre os municípios define diferentes acessos a recursos, uma vez que é nos municípios de maior dinâmica que se concentram os serviços financeiros e os créditos. O que se destaca é que estes conceitos mais gerais de CHRISTALLER são compatíveis⁷ com a análise apresentada por DOW (1993b; 1993b) e são importantes para as hipóteses do presente trabalho.

Considerando a dinâmica de ajuste de portfólio bancário abordada acima, inicialmente DOW(1993a; 1993b) considera que os bancos tentem a ter comportamentos diferentes, a depender da localidade que estão. Nos espaços que se constrói um cenário de maior incerteza, a tendência é a de que os agentes tenham uma maior “preferência pela liquidez”. Os bancos, por exemplo, tenderão a reduzir a oferta de créditos sobre o total dos seus Ativos e aumentar, relativamente, sua aplicação em ativos mais líquidos. As empresas, também tenderão a ter este comportamento defensivo e buscarão aplicações mais líquidas, que podem estar fora da própria localidade, como a aplicação em títulos. Paralelamente, em espaços aonde é possível construir um cenário mais favorável, os agentes estarão dispostos a se arriscar mais, em busca do aumento da valorização de seu capital. No caso dos bancos, estes estarão mais dispostos a ofertar empréstimos e, da parte das empresas, estas estarão dispostas a tomar empréstimos para efetuar suas decisões de gastos produtivos.

Estendendo esta análise para a discussão regional, a autora une a abordagem Keynesiana com conceitos caros à teoria da dependência, como a relação Centro X Periferia. Ademais, utiliza-se também da idéia de causação cumulativa de MYRDAL (1957).

As Regiões Centrais, seriam aquelas consideradas mais dinâmicas, aonde se concentra a atividade produtiva e dos serviços e aonde se constroem mais facilmente cenários de expectativas favoráveis, tendo em vista que as mesmas provavelmente têm uma trajetória de crescimento mais estável (AMADO, 1999). Aí a economia será mais diversificada, a estrutura industrial mais desenvolvida, as importações de outras localidades serão menores, as condições de escoamento e transporte serão mais articuladas e haverá maior grau de informações. São também espaços aonde a própria demanda de empréstimos deve ser maior. Como se vê, existe certa relação com o conceito de “lugar central” abordado anteriormente⁸.

Paralelamente, as regiões Periféricas são aquelas consideradas menos dinâmicas e que acabam subordinadas à lógica das regiões centrais, na medida que têm uma economia menos diversificada e que parte importante de sua produção deve se dirigir para as regiões centrais. Nelas, a construção de cenários favoráveis é menos direta, na medida em que elas sofrem influências que não dependem apenas delas. Ademais, considera-se que as oportunidades de negócios nas mesmas são potencialmente menores e que podem existir custos maiores envolvidos nas decisões. A partir daí, em termos comparativos, a preferência pela liquidez dos agentes seria relativamente maior nas Regiões Periféricas. Neste contexto, os bancos teriam maior facilidade para emprestar nas regiões Centrais.

Observe-se que na abordagem de DOW (1993a; 1993b), considera-se a existência de Bancos Nacionais e de Bancos Regionais, existindo todo um debate acerca da diferença de comportamento entre eles. No caso do presente estudo, o foco é o Sistema Financeiro Brasileiro que trabalha basicamente com Bancos Nacionais, daí a análise se centrar nessa discussão. Nesse caso, a hipótese é a de que os Bancos trabalhem com essa lógica de menor direcionamento de recursos a regiões menos dinâmicas. Eles captam recursos nessas regiões, mas pode haver um vazamento dos mesmos para os espaços centrais. Ademais, dentro da idéia de causação cumulativa, esta situação vai se tornando cada vez mais forte, uma vez que o centro vai concentrando cada vez mais as atividades e se diversificando, enquanto que a periferia vai ficando cada vez menos dinâmica e dependente.

⁷ O conceito geral de “lugar central” e de hierarquia de lugares centrais são compatíveis, ainda que o modelo desenvolvido por CHRISTALLER não o seja.

⁸ Segundo CROCCO *et al* (2005), a discussão da diversificação e desenvolvimento da estrutura industrial regional é importante, pois esta discussão nos permite a definição de quais são as regiões Centrais (de centralidade espacial) e as periféricas.

Esta discussão se aprofunda com as considerações presentes em CHICK & DOW (1988), na medida em que se considera o grau de avanço institucional do Sistema Bancário recente. Segue-se o argumento de que no presente estágio (estágio 5)⁹, os bancos têm grande autonomia na oferta de empréstimos, não dependendo dos depósitos e cada vez menos da base de reservas. Na verdade, eles livram-se da necessidade de coordenar seus empréstimos segundo uma fração de suas reservas e o papel do Banco Central de Emprestador de última instância é uma garantia a mais na flexibilização das possibilidades de os bancos conseguirem liquidez quando necessitam.

A análise apontada por DOW (1993a; 1993b) considera o estágio atual do Sistema Bancário, apresentando a idéia do crédito como criador dos depósitos. O argumento importante neste contexto é o de que esta maior autonomia do Sistema Bancário quanto às decisões de criação de moeda e oferta de empréstimos tem reflexos regionais (AMADO, 1999).

De fato, conforme comentado, nas Regiões Periféricas a tendência é de que haja uma maior preferência pela liquidez, tanto do público, quanto do Sistema Bancário. Na medida em que o público pode decidir aplicar recursos em outros espaços, que não o regional, isto poderia afetar a oferta de recursos, caso os créditos dependessem do montante de depósitos efetuado pelo público. Como os bancos podem criar moeda (e gerar depósitos novos ao criar empréstimos) e como suas condições de acesso à liquidez se multiplicaram eles terão um papel central no oferecimento do crédito, independentemente da base de depósitos inicial. Na verdade, o vazamento de recursos da região realizado pelo público poderá ter um efeito indireto, ao influenciar nas expectativas do Sistema Bancário. Ou seja, quanto maior a habilidade do banco em expandir crédito independente de sua base de depósitos e quanto menor o efeito das saídas de recursos financeiros na preferência pela liquidez dos próprios bancos, menor será a perturbação na disponibilidade de crédito da região.

Na verdade, a oferta dos créditos depende da expectativa que os bancos têm quanto às condições do local que vão emprestar e quando às condições do demandador do crédito. Vida de regra, “(...) quanto mais remota a base de informações, mais relutantes serão em estender crédito: bancos que têm sedes em regiões centrais tenderão a ser mais relutantes em estender créditos a projetos das regiões periféricas, dada a base mais remota de informações”. (AMADO, 1999, p.216).

Ainda que se considere que o caso brasileiro teve historicamente especificidades, especialmente no que se refere ao ganho financeiro oriundo da inflação, consideramos que basicamente este arcabouço teórico esclarece aspectos essenciais que queremos levantar.

Seguindo esta abordagem, a seguir destacam-se alguns aspectos do Sistema Financeiro brasileiro que o presente estudo procura considerar. Os principais elementos são:

i) Que a lógica da valorização e a busca da máxima lucratividade está presente, tanto em bancos privados nacionais, quanto estrangeiros, que agem a partir de uma estratégia nacional e não regional. Ou seja; se o banco pode gerar muita rentabilidade, com baixo risco aplicando em Títulos e Valores Mobiliários isto, necessariamente, afetará sua performance de empréstimos;

ii) Que os bancos tenderão a concentrar os seus recursos nas localidades locais mais centrais, sendo que a escolha locacional do sistema bancário está fortemente correlacionada com população, grau de urbanização e renda existente nos municípios. A oferta de serviços bancários então depende da centralidade característica a cada localidade, o que por sua vez é um reflexo da concentração das atividades econômicas e a amplitude que essas atividades alcançam dentro de um território. Com preferências pela liquidez diferenciadas por região, a disponibilidade de emprestar muda, estabelecendo-se o uma hierarquia de localidades com diferentes condições de acesso a recursos. Neste sentido, em nível de um estado da federação específico, como o de Minas Gerais, a perspectiva é a de que há forte concentração na localidade mais central – Belo Horizonte, fato já constatado por vários trabalhos. Paralelamente, a hipótese que perseguimos é a de que, provavelmente, será possível constatar que nos municípios de porte médio, pólos de microrregiões, provavelmente também haverá uma concentração dos serviços financeiros e dos empréstimos. As carências de recursos devem ocorrer em regiões menos urbanas ou que apresentem níveis de

⁹ Cujas características gerais já foram citadas anteriormente

estagnação e que não estejam sendo atendidas por políticas públicas compensatórias;

iii) Que os Bancos Públicos Federais (como o Banco do Brasil, o BNDES e a Caixa econômica) também têm uma estratégia nacional, sendo que basicamente seguem a mesma lógica. A hipótese é a de que talvez a atuação dos mesmos na gestão de fundos especificamente direcionados a agentes com maiores carências no acesso a recursos (como os de menor porte) seja capaz de interferir minimamente nesta dinâmica, daí a importância dos mesmos;

iv) Que os agentes de menor porte (tanto micro e pequenas empresas, como produtores agrícolas familiares) são aqueles que apresentam maior fragilidade, especialmente os que se encontram em regiões menos dinâmicas;

v) Que a existência de sinergias entre agentes de menor porte, são fatores potencialmente positivos do ponto de vista dos ofertadores de crédito, uma vez que as relações entre os agentes podem facilitar a inserção dos mesmos nesses ambientes menos dinâmicos, gerando-se externalidades positivas. Neste sentido, é que se trabalha com a hipótese de que os municípios participantes de Arranjos Produtivos Locais, especialmente os que são pólos dos mesmos, sejam capazes de atrair mais recursos, relativamente ao seu entorno¹⁰. A idéia é a de que as sinergias geradas poderiam atrair facilidades e serviços, dentre eles os financeiros para a localidade e o seu entorno, podendo ocorrer um extravasamento da dinâmica do mesmo. A idéia é observar a hierarquização espacial dos municípios no que se refere à capacidade de atrair recursos, sendo que os mesmos são capazes de polarizar áreas em seu entorno

3- Metodologia

No que se refere ao estudo propriamente dito, a fim de definir os espaços com maior carência de oferta de recursos em Minas Gerais, optou-se por efetuar uma abordagem envolvendo o levantamento de diferentes tipos de apoios para os municípios mineiros, sendo que efetuamos 4 levantamentos.

Em primeiro lugar, foram levantados os municípios que têm APLs apoiados por diferentes organismos e financiadores, seguindo o segundo mapeamento realizado para o GTP-APL (Grupo de Trabalho Permanente Para Arranjos Produtivos Locais), que atua junto ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

Em segundo lugar, foram considerados os municípios contemplados por programas de Governo Federal com enfoque Territorial, que se dirigem a espaços de maior pobreza e dificuldade de acesso a recursos. Os Programas considerados foram: o dos Territórios Rurais (TR), o dos Territórios da Cidadania (TC) e o dos Conselhos de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads).

Em terceiro lugar, foi levantado o perfil da distribuição de recursos pela via do Sistema de Crédito. No que se refere aos Bancos Públicos; o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o BNDES dirigem recursos aos municípios mineiros, sendo que esses apoios se dão pelo formato de suas linhas de crédito tradicionais. Tendo em vista a dificuldade de quantificação de todas as políticas implantadas em nível municipal para cada um desses ofertantes de recursos, optou-se por uma *proxy*, que é a de calcular indicadores de captação de crédito, lembrando-se que pretende-se observar o direcionamento de recursos aos agentes de menor porte.

Nos casos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, não há uma estatística que discrimine o direcionamento dos recursos segundo o porte dos beneficiários em cada um dos municípios. No caso do BNDES é possível levantar estes dados, tanto no que se refere a créditos agrícolas, quanto a empresas não agrícolas. Paralelamente, para o Banco do Brasil é possível levantar os créditos agrícolas, dirigidos aos agricultores de menor porte indiretamente, através da análise dos recursos do PRONAF, que se refere a um programa de crédito voltado a agricultores familiares. Observe-se, no entanto, que os recursos direcionados pelo BDMG não fazem parte dessas estatísticas.

¹⁰ O destaque proposto é o de que a conformação de APLs é um fator positivo, ainda que a perspectiva adotada seja contrária à idéia do “desenvolvimento endógeno”. De fato, a consideração do trabalho é a de que a conformação de Arranjos Produtivos, não é um fator individual, capaz de gerar o “desenvolvimento” de uma localidade.

Considerando-se estes aspectos, foram construídos 3 indicadores para cada um dos municípios mineiros: i) Indicador de Captação do Sistema Bancário¹¹, ii) indicador de captação do BNDES às micro e pequenas empresas; iii) indicador de captação de crédito agrícola a produtores de menor porte (PRONAF e BNDES).

A idéia é a de que o primeiro indicador nos dê uma visão da liberação agregada do crédito do Sistema Bancário, enquanto que os outros dois referem-se ao direcionamento de recursos a agentes de menor porte. A metodologia do cálculo dos mesmos encontra-se no Quadro 1.

A partir dos resultados apresentados efetuou-se uma classificação para cada um dos indicadores. Primeiramente, os municípios foram ordenados segundo o resultado dos indicadores em ordem decrescente sendo, em seguida, divididos em quartis. Os do primeiro quartil foram considerados de CAPTAÇÃO ALTA, o segundo de MÉDIA, o terceiro de BAIXA e o quarto de MUITO BAIXA.

Efetuada estes estudos, em quarto lugar, foi levantado o IDHm de cada um dos municípios, a partir de informações da Fundação João Pinheiro, sendo que os mesmos também foram divididos em quartis e classificados em IDHm ALTO, IDHm MÈDIO, IDHm BAIXO, e IDHm MUITO BAIXO, sendo que esta classificação refere-se à uma análise comparativa apenas dos municípios de Minas.

A partir daí, agrupando-se estes levantamentos é que definiu-se os espaços com “possíveis carências” de direcionamento de recursos e o resultado desses levantamentos encontra-se nas Figuras 1 a 6.

4. Resumo dos Resultados

4.1- Levantamento dos municípios contemplados por políticas com ênfase territorial do Governo Federal e que recebem apoios para APLs e o recorte inicial dos espaços que apresentam possíveis carências de políticas

No que se refere aos programas do Governo com ênfase Territorial, estes podem ser caracterizados como políticas que trabalham na perspectiva de fomentar setores produtivos em busca de desenvolvimento local em espaços que apresentem maior carência de condições e que sejam essencialmente agrícolas. Na verdade, eles envolvem a definição e organização de espaços territoriais aonde se concentrarão várias políticas públicas. Especialmente o Programa Territórios da Cidadania congrega ações de diferentes Ministérios, que se efetivam a partir da formatação de um “Plano de Desenvolvimento” para o Território, acordado entre representantes da comunidade e do poder público. Destaque-se que, dentre estas ações, o que se tem observado é que algumas delas dizem respeito à políticas voltadas para APLs.

A análise da participação de Minas Gerais nesses programas é importante, na medida em que esses espaços vinculados a estas políticas territoriais estão podem ser localidades aonde prioritariamente serão dirigidos recursos.

Efetuada o levantamento, constatou-se que os municípios de Minas Gerais que participam de, pelo menos um, dos três programas do Governo Federal com ênfase Territorial selecionados (Territórios Rurais, Territórios da Cidadania e Consads) somam 208, correspondendo a 24,38% dos 853 municípios mineiros.

No tocante aos municípios que fazem parte dos programas do Governo Federal no estado de Minas Gerais, o que se pode observar é que a maioria refere-se àqueles que apresentam Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm) abaixo da média dos municípios mineiros. Os municípios contemplados apresentam, assim, situações de carência, conforme seria de se esperar, dado o viés da política .

Quanto aos municípios contemplados por políticas para APLs, conforme comentado, utilizou-se a listagem do GTPAPL. Constatou-se que os 89 APLs identificados para o GTP-APL (segundo mapeamento) envolvem 192 municípios de Minas Gerais, correspondendo a 22,51% dos 853 municípios do Estado.

¹¹ Bancos comerciais e múltiplos que captam depósitos à vista.

Efetuada agora a contraposição do mapeamento dos municípios que não participam dos Programas Governamentais Federais selecionados, com a listagem dos municípios que não apresentam APLs identificados por políticas (GTP-APL), pode-se observar um primeiro levantamento dos possíveis espaços com “carências de direcionamento de recursos”. A Figura 1¹² mostra esses espaços.

No caso dos 645 municípios que não participam de qualquer um dos Programas Territoriais, somados aos municípios que participam de APLs identificados pelo GTPAPL, podem ser notados três grandes espaços:

i) Em primeiro lugar, observa-se a existência de um grupo significativo de municípios que se encontram na meso-região do Norte de Minas, e conformam um espaço com a formação de um “**Y invertido**”. Nota-se que a maioria desses municípios apresenta um IDHm BAIXO OU MUITO BAIXO (Figura 5), mas não estão contemplados nos programas de desenvolvimento territorial do governo federal.

ii) Em segundo lugar, detecta-se que eles estão presentes em grande parte do “**lado sudoeste**” do estado de Minas Gerais, englobando a maior parte do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o oeste da mesorregião Central Mineira, além das mesorregiões Sul/Sudoeste, Oeste de Minas e parte de Campos das Vertentes. A maioria destes municípios está em espaços que apresentam IDHms acima da média da região sendo que, em princípio, não deveriam, efetivamente, ser alvos das políticas territoriais. Possivelmente não apresentarão espaços de carências de políticas.

iii) Em terceiro, destaca-se ainda a existência de um grupo que se encontra no **espaço Centro-Leste do estado**, englobando a parte leste da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, a mesorregião do Vale do Rio Doce e parte da Zona da Mata, que também não foram alvo dos programas do governo federal. Especificamente quanto a este terceiro espaço a observação é a de que ele apresenta grande diversidade, sendo importante indicar quais os efetivos espaços de carência.

Com vistas a verificar melhor os espaços de “carências de direcionamento de recursos” indicados acima, apresentar-se-á nos itens seguintes do trabalho a continuidade do estudo, agregando a análise referente aos indicadores de crédito.

4.2. Análise dos espaços com possíveis carências de políticas - metodologia e visão geral dos indicadores

Os Quadros 2 e 3 apresentam os dados de valores máximos, mínimos e médios para cada um dos indicadores de captação e de IDHm. No que se refere aos dados resumo das Mesorregiões, estes são apresentados nos Quadros de 4 a 7 separando-se os municípios que têm APLs apoiados dos que não têm.

Para além destes dados gerais para o estado de Minas Gerais e a fim de facilitar a análise, considerou-se as mesorregiões do estado, definidas pelo IBGE. Isto posto, vejamos a análise dos três grandes espaços anteriormente levantados.

4.2.1. A Mesorregião Norte e o “Y invertido”

Visualizando o mapa de Minas Gerais segundo os IDHms dos municípios classificados em quartis (Figura 5), pode-se observar as discrepâncias interregionais. Fica claro que as mesorregiões no Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri apresentam-se como um grande espaço de maior carência, sendo que a maioria dos municípios apresenta IDHms de Nível MUITO BAIXO. Conforme já destacado anteriormente, foi especialmente na mesorregião do Norte do Estado que detectou-se um “vazio” quando analisamos dois grupos de ações de políticas anteriormente mencionados, sendo interessante analisar este espaço, que caracterizamos como “Y invertido”.

No que se refere às condições econômicas da mesorregião Norte, o que se observa é que o emprego regional concentra-se principalmente em atividades agropecuárias ou extrativas, mas esta atividade apresenta pouco dinamismo, sendo pouco capitalizada. A atividade industrial é pouco

¹² A maior parte das figuras e quadros citadas estão apresentadas ao final do capítulo.

expressiva quando comparada às outras mesorregiões de Minas, destacando-se, no entanto, a importância industrial do município de Montes Claros. Este município e o de Pirapora são responsáveis por mais de 70% do Valor da Transformação Industrial (VTI) regional.

Tomando-se a Figura 5 é possível perceber que os municípios de Montes Claros, Pirapora e Bocaiuva são os que apresentam os maiores IDHms da mesorregião. No que se refere a estes três municípios, destaca-se que os dois primeiros apresentam APLs identificados, sendo que Montes Claros se destaca.

Além desses municípios tomados isoladamente, observando-se os dados do IDHm é possível considerar que a quase totalidade dos espaços que apresentam IDHms melhores na região (ainda que abaixo da média do estado) são pertencentes a APLs, mas o seu entorno é de municípios com IDHms MUITO BAIXOS. A exceção dessa regra são os municípios do entorno de Montes Claros, não pertencentes a APLs, uma vez que estes também apresentam IDHms melhores. A interpretação é a de que ocorre um certo extravasamento da dinâmica do referido município. Assim, **em linhas gerais, a observação é a de que os APLs apoiados se estabelecem nos espaços mais dinâmicos da região, sendo que estes municípios estão recebendo algum recurso dirigido a estes Arranjos Produtivos.**

Levando-se em conta os dados de indicadores de crédito é possível ter uma melhor idéia da distribuição dos apoios recebidos.

Quando se considera cada um dos indicadores de crédito para a região, constata-se que a média dos mesmos apresenta um bom resultado, quando comparado à média do estado (Quadros 4 e 5). Isto indicaria que apoios de política de distribuição de recursos estão sendo dirigidos à região. No entanto, esta análise deve ser qualificada.

Em primeiro lugar, a interpretação que se tem quanto à alta captação agrícola, é a de que ela tem a ver com a nova dinâmica do PRONAF, que tem o intuito de incorporar agricultores mais pobres. Isto explicaria a alta relação **Crédito Agrícola de menor porte**¹³/PIB para os municípios da mesorregião, inclusive daqueles que não fazem parte dos APLs nem de políticas Territoriais.

Em segundo lugar, os dados dos outros dois indicadores (do Sistema Bancário e do BNDES), provavelmente também estarão sendo influenciados pela performance do PRONAF para a maioria dos municípios, especialmente para aqueles que têm menor dinamismo econômico, são essencialmente agrícolas e têm PIBs baixos. De fato, para este tipo de municípios grande porção do crédito do Sistema Bancário é agrícola e a maior parte deve estar vindo do PRONAF. No caso do indicador do BNDES, consultou-se as tabelas dos créditos liberados por tipo para cada um dos municípios que apresenta os maiores índices de captação (**Quadro 1**) e verificou-se que os recursos dirigidos a estes municípios estiveram vinculados ao crédito agrícola.

Efetuada esta qualificação, as conclusões quanto ao direcionamento de crédito à mesorregião são as de que:

i) As “boas condições” dos indicadores de crédito da mesorregião Norte estão sendo fortemente influenciadas pelas liberações do PRONAF;

ii) O maior dinamismo de captação para o caso dos indicadores do Sistema Bancário e o do BNDES se dá para os municípios que têm APLs, que apresentam médias superiores aos que não têm.

iii) dentre os municípios que não participam de APLs, os que apresentam índices de captação Médios ou Altos para o Indicador do Sistema Bancário e do BNDES são os que se apresentam mais ao norte da mesorregião, não fazendo parte do chamado “Y invertido”

iv) Alguns municípios que têm APLs, destacam-se, por apresentarem uma dinâmica de captação diferenciada, menos vinculada aos créditos do PRONAF, uma vez que apresentam o nível do Índice de Captação do Sistema Bancário ou do BNDES acima do nível do Índice de captação agrícola. São eles: Jaíba e Janaúba (Participantes de APLs), Pirapora, Manga (na microrregião de Januária) e Montes Claros, um dos principais municípios da região.

¹³ Créditos do PRONAF + Crédito do BNDES a micro e pequenos para a agricultura

v) No caso dos municípios que não têm APLs apoiados, os municípios de Matias Cardoso, Santa Fé de Minas, Lassance e Claro das Poções também devem ser destacados. Os dois primeiros pertencem às Microrregiões de Janaúria e Pirapora, respectivamente, sendo que apresentam indicador de captação do BNDEs Alto. Provavelmente esta dinâmica está tendo a influência do APL prioritário de Fruticultura Irrigada de Janaúba. Ademais, deve-se comentar que estes municípios fazem parte dos Territórios da Cidadania. Os dois últimos, não pertencem a APLs nem estão incluídos nas políticas Territoriais, fazendo parte do chamado “Y invertido. Observe-se no entanto, que estão, respectivamente nas microrregiões de Pirapora e Montes Claros, relacionados justamente aos APLs de Fruticultura Irrigada e aos diversos de Montes Claros. Neste sentido, possuem laços com os municípios Polo, mais dinâmicos.

A conclusão que se pode obter é a de que a “carência” do “Y invertido” detectado inicialmente se confirma quando se analisa a distribuição do crédito. Neste espaço, à exceção de 2 municípios, todos os demais não apresentam captação diferenciada, com o agravante que não têm APLs, nem fazem parte de políticas territoriais, sendo ainda que estão nos espaços de menores IDHms. Ou seja, este é o espaço mais preocupante no que se refere a carências de políticas, ainda que o PRONAF esteja se apresentando como uma fonte de recursos importante.

Antes de ir adiante, também optou-se por tecer alguns comentários acerca das mesorregiões do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, ainda que as mesmas façam parte de Políticas Territoriais. Mesmo considerando-se que, por isto ela não seja considerada área de carência extrema de recursos, o que se pôde observar é que a mesorregião necessita de maior apoio. Mesmo em nível dos APLs identificados, existem aqueles que apresentam baixo atendimento, como por exemplo os que têm como pólo os municípios de Francisco Badaró, Itamarandiba, Jacinto e Rubim. Ademais, em geral, os recursos do BNDES têm chegado relativamente menos a estas duas mesorregiões, sendo que se observa um grande número de municípios que têm captação do BNDES BAIXA e MUITO BAIXA.

4.2.2. A porção “Sul e oeste do Estado”

As Mesorregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Sul/Sudoeste, Oeste de Minas e parte das mesorregiões Central Mineira e de Campos das Vertentes são as que apresentaram em primeira aproximação espaços de carência referentes principalmente às políticas Territoriais e a apoios a APLs. Vamos no entanto considerar também tecer alguns comentários sobre outras mesorregiões próximas.

• **Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**

No que se refere à Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, ela tem o terceiro maior contingente populacional, é a segunda maior área do estado e é a segunda economia. Assim esta é uma das regiões de maior dinamismo econômico do estado, apresentando alto grau de urbanização, alta densidade demográfica, sendo que o principal município é Uberlândia, seguido por Uberaba.

Conforme já pôde ser observado na Figura 1, os APLs encontram-se concentrados justamente nas microrregiões de Uberaba e Uberlândia, sendo que praticamente todas as microrregiões componentes do Alto Paranaíba não apresentam nem APLs, nem políticas Territoriais. Também a “ponta” do Triângulo apresentou um “vazio” desses mesmos apoios, especialmente as microrregiões de Frutal e Ituiutaba.

Conforme se pode observar por todas as figuras, a mesorregião apresenta quase todos os indicadores acima da média do estado. Apenas o indicador de Crédito Agrícola, ele está abaixo da média do estado e isto ocorre para praticamente todos os municípios da Mesorregião. Cabe uma qualificação quanto a este resultado. Conforme já comentado nas seções precedentes, esse índice refere-se à captação do PRONAF e dos financiamentos do BNDES dirigido a agentes de menor porte. Como grande parte da dinâmica da agricultura da região está relacionada ao *agribusiness*, este não é um espaço de alta participação do PRONAF, o que explica a baixa relação: Crédito PRONAF + BNDES agr./PIB AGRÍCOLA

Na verdade, o que se pode observar pelas figuras que apresentam os dados dos indicadores, esta mesorregião não apresenta carências de captação, ainda que não seja contemplada por políticas territoriais e que grande parte dela não possua APLs identificados.

Estendendo-se a análise à mesorregião Noroeste, a observação é a de que a economia da mesma é altamente agrícola, com destaque para a produção de milho, mandioca e feijão, além da criação de gado. É a região menos populosa e de menor densidade demográfica do estado, sendo que todos os seus municípios fazem parte de Territórios da Cidadania e 4 fazem parte de APLs.

No que se refere aos índices de captação conclui-se que a mesorregião apresenta bons índices de captação, fato importante quando se observa que estes resultados não são consequência direta da captação do PRONAF. Neste sentido, confirma-se que este não é um espaço que apresente carências de direcionamento de recursos, quando comparado a outras regiões mineiras.

- **Mesorregião Central: especialmente as microrregiões de Três Marias e Bom Despacho**

A mesorregião Central Mineira é formada pela união de trinta municípios agrupados em três microrregiões: Bom Despacho, Tres Marias e Curvelo. Principalmente as duas primeiras se ligam bastante à dinâmica apresentada pela Mesorregião do Alto Paranaíba (Amaral, 2007). São justamente estas duas microrregiões que fazem parte do que chamamos de “espaço oeste” do estado e que se apresentam como “carentes de políticas”.

No caso da mesorregião Central Mineira, as médias do índice de captação do Sistema Financeiro (0,209) e do BNDES (0,017) são maiores do que a média de Minas e o indicador do crédito agrícola (0,119) é menor do que a média do estado. Para este último resultado vale a mesma observação levantada quanto ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A análise geral dos dados leva, ainda a duas conclusões:

- i) Em geral, os APLs dos municípios da região Central estão sendo bem atendidos com recursos de crédito, com algumas poucas exceções
- ii) Grande parte dos municípios que não têm APLs e que não fazem parte dos Territórios da Cidadania apresenta condições de captação satisfatória. A partir daí conclui-se que este espaço não apresenta escassez de recursos maior que a média do estado.

- **Mesorregião Sul/Sudoeste**

Esta mesorregião é formada pela união de 146 municípios agrupados em dez microrregiões. As principais cidades são Poços de Caldas, Itajubá, Passos, Pouso Alegre, Varginha e Alfenas. Esta mesorregião apresenta 31 municípios que fazem parte de APLs apoiados.

Quando se analisam os indicadores de captação para esta mesorregião, observa-se que, no caso dos índices do Sistema Bancário e Agrícola, eles estão acima da média, do estado, mas o indicador do BNDES está abaixo (0,012). De fato, menos da metade apresenta níveis ALTOS e MÉDIOS de captação. Quando se vai analisar a dinâmica da mesorregião, o que se percebe é que, conforme indica a própria denominação, ela engloba dois grandes espaços: o Sudoeste e o Sul do estado, sendo que eles apresentam dinâmicas distintas.

O primeiro tem um maior dinamismo econômico, tendo melhorado suas condições de desenvolvimento (IPEA, 2001). Seus principais municípios são Divinópolis, Poços de Caldas e Varginha, que encontram-se sob influência de três pólos distintos: Belo Horizonte, Campinas e São Paulo, respectivamente (IBGE, 2000). O que se destaca é que existe uma ampla rede urbana e que se apresenta um grande número de municípios relativamente homogêneos e desenvolvidos, indicando forte coesão territorial. Os indicadores de crédito refletem este fato e a indicação é a de que existe um bom atendimento de recursos de crédito, não sendo aí que se apresentam os problemas de captação¹⁴.

Paralelamente, o espaço Sul apresenta diversidades mais importantes, com municípios mais dinâmicos e outros, estagnados

Quando se analisa a dinâmica de captação de recursos, é possível observar que dentre as microrregiões analisadas, a de Itajubá é a que apresenta melhores resultados. Ela apresenta indicador de crédito do Sistema Bancário ALTO, semelhante ao apresentado pelas microrregiões da porção Sudoeste, como também IDHm ALTO. Já a microrregião de Pouso Alegre apresenta uma situação pior, mas destacando-se que o município Polo a situação de captação é um pouco melhor.

¹⁴ A exceção dessa situação é a microrregião de São Sebastião do Paraíso.

Nas outras microrregiões a situação é pior. As de Santa Rita do Sapucaí e São Lourenço, também têm um nível de captação que não é satisfatório, abaixo da média de Minas.

A conclusão é a de que o espaço Sul da mesorregião Sul/Sudoeste apresenta problemas de direcionamento de recursos, sendo que também os municípios participantes de APLs apresentam esta situação de carência. Este resultado indica a necessidade de se verificar de modo mais rigoroso se tais APLs estão de fato tendo dificuldades. No caso específico de Santa Rita do Sapucaí, segundo documentos e entrevistas realizadas, há um forte apoio institucional ao APL de Eletroeletrônica e as divergências podem estar relacionadas ao fato dos apoios a esse arranjo estar mais relacionados a fontes de financiamento não consideradas na metodologia dos índices de captação de recursos (Fapemig, por exemplo).

- **Mesorregião Oeste (especialmente as microrregiões de Formiga e Piumhi)**

Quanto a esta mesorregião observou-se que a maioria dos municípios que não apresentam APLs tem bons índices de captação. No caso dos municípios com APLs apresenta-se uma média de captação abaixo da média. No entanto, quando se vai analisar mais a fundo o que se observa é que apenas alguns municípios que apresentam APLs têm captação MUITO BAIXA, sendo isto que está puxando a média dos demais para baixo.

- **Mesorregião de Campos das Vertentes**

A Mesorregião de Campos das Vertentes É formada pela união de 36 municípios agrupados em três microrregiões: Barbacena, Lavras e São João Del Rei. Os municípios de mesmo nome são os mais importantes da mesorregião em questão, sendo que o principal é São João Del Rei.

A maioria dos IDHms da região é Médio e Alto, o que pode ser observado pela Figura 9. Na Mesorregião de Campos das Vertentes **não existem Políticas Territoriais e poucos municípios apresentam APLs identificados**, sendo Barbacena um deles.

No que se refere aos índices de captação foi constatado que os municípios que têm APLs apresentam bom nível de captação, o que também ocorre para os municípios Polo das microrregiões componentes. No entanto, o restante dos municípios apresentaram níveis de captação abaixo da média e não fazem parte das políticas territoriais. Ainda que estes não apresentem uma situação tão grave como a observada na mesorregião Norte de Minas, também aqui considera-se que este é um espaço que apresenta carência de políticas.

4.2.3. Espaço Centro Leste do estado

Este espaço comporta as mesorregiões Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce e Zona da Mata, sendo que parte das mesmas apresentam carências de recursos referentes a direcionamentos a APLs e a Políticas Territoriais, sendo que se consideram agora os indicadores de crédito.

- **Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte**

Quanto à mesorregião como um todo, é possível observar que todos os índices de captação estão abaixo da média do estado. Uma análise mais acurada nos mostra que esta mesorregião é heterogênea. De um lato tem-se o centro dinâmico que é composto por Belo Horizonte e seu entorno imediato. Os principais municípios que liberam este dinamismo são: Betim, Contagem, Santa Luzia, Esmeralda, Nova Lima na microrregião de Belo Horizonte e Pará de Minas na microrregião de mesmo nome. É neste espaço que estão os principais APLs, observando-se que os mesmos apresentam bons índices de captação¹⁵.

Paralelamente, o Sul da Mesorregião, que compreende as microrregiões de **Itaguara, Ouro Preto, Itabira, Conselheiro Lafaiete** é caracterizado por municípios de pequeno porte, com média de população inferior a 9 mil habitantes. É um espaço que não apresenta APLs nem Políticas Territoriais. Parte da mão de obra deste espaço menos dinâmico está empregada em atividades agropecuárias ou extrativas, que vêm perdendo importância no Estado e caracterizam-se pela não-modernização e baixa produtividade (IPEA, 2001). A produção agrícola se centra no cultivo do

¹⁵¹⁵ Destaca-se que, tendo em vista o grande porte do município de Belo Horizonte, não se podem fazer inferências entre os índices de captação e os APLs aí situados.

café, cana, tomate, banana e arroz, ainda que se destaque a microrregião de Itabira quanto à transformação industrial. A maioria dos municípios desse espaço apresenta situações de captação insatisfatórias e isto mostra que este conjunto de municípios pode ser considerado um dos espaços do estado que apresenta necessidade de maior direcionamento de recursos.

- **Mesorregião Vale do Rio Doce**

Nesta mesorregião, apenas 2 municípios apresentam APLs. Todos os demais, não apresentam APLs, mas um grande número faz parte dos Territórios Rurais. Levando-se em conta as condições de desenvolvimento, observa-se que Ipatinga, Timóteo e Governador Valadares são os únicos que apresentam índice ALTO para o IDHm, sendo que os dois primeiros municípios apresentam APLs. Paralelamente, a maioria dos demais municípios da mesorregião apresenta índice BAIXO e MUITO BAIXO de IDHm.

Por aí já se pode inferir que esta mesorregião apresenta mais homogeneidade, no sentido de que a maioria dela é pouco desenvolvida e tem baixa densidade demográfica. A exceção é Governador Valadares, é considerado um enclave de renda concentrada com poucas possibilidades de integração produtiva regional (Lemos *et alli*, 2005) e apresenta uma alta taxa de urbanização de 96%, destacando-se que mais de 70% de sua mão-de-obra concentra-se no setor terciário. Dentre os municípios mais dinâmicos destacam-se ainda, num segundo nível os de Ipatinga e Timóteo. Outra observação é a de que grande parte da região é essencialmente agrícola, daí fazer parte dos Territórios Rurais.

Quanto às condições de captação, a média de todos os índices da mesorregião do Vale do Rio Doce como um todo são menores do que a média de Minas. De forma geral, grande parte dos municípios não apresentam bons índices de captação. Em geral, grande parte dos municípios da mesorregião necessita de mais apoio de direcionamento de recursos. Então, levando-se em conta este último comentário, considera-se que os municípios que não fazem parte dos Territórios Rurais são aqueles que apresentam pior situação potencial de carência de recursos, daí ser este outro espaço que necessita de maiores apoios.

- **Mesorregião Zona da Mata**

A região da Zona da Mata apresenta participação relativa expressiva no PIB estadual (cerca de 8%) e na população estadual, mas têm baixo PIB por habitante. Na Região da Mata os indicadores são fortemente influenciados pelos da microrregião de Juiz de Fora, que responde por quase a metade do PIB e por cerca de 30% da população regional, sendo a única que apresenta uma melhor situação de PIB per capita.

No caso dos índices de captação referentes à mesorregião como um todo, o que se observa é que todos se encontram abaixo da média do estado de Minas, ainda que o índice de captação do Sistema Bancário esteja muito próximo da média.

No caso dos municípios que participam de APLs, os indicadores de captação do Sistema Bancário e do BNDEs estão acima da média. Paralelamente, para os municípios que não participam de APLs, o que se observa é que os indicadores estão abaixo da média do estado. A situação é mais grave para as liberações do BNDES. A indicação é a de que se apresenta certa carência de recursos.

5. Considerações finais - Uma síntese dos resultados referentes à análise dos possíveis espaços de maior carência de direcionamento de recursos

Conforme levantado no início do trabalho o ponto de partida da pesquisa foram as hipóteses construídas a partir da abordagem de distribuição regional de recursos apresentada por DOW (1993a; 1992b), agregando-se as considerações de CHRISTALLER (1966), que introduz a discussão dos aspectos que levam à concentração espacial de atividades de serviços em localidades que apresentam forte dinamismo econômico e populacional.

Estas concepções balisaram o estudo, sendo que a análise efetuada confirmou a perspectiva de que as regiões mais dinâmicas do estado concentram fortemente o financiamento, fato já detectado por outros estudos, sendo que a presente pesquisa efetua uma análise que parte de dados municipais, mais detalhados. Em termos mais gerais, foi possível observar que os municípios que

são pólos de microrregiões apresentaram, via de regra, uma situação mais positiva do que seu entorno, o que também ocorre para os municípios que têm APLs.

Uma das conclusões interessantes do estudo refere-se à análise dos indicadores de crédito agrícola para micro e pequeno produtores (PRONAF e BNDES), que indicou bons níveis de captação (relacionando Crédito/PIB) para regiões historicamente mais carentes, como as Mesorregiões Norte, Mucuri e Jequitinhonha. Ou seja, provavelmente o direcionamento de recursos do PRONAF aos agricultores familiares está conseguindo reverter um pouco a concentração dos recursos. Isto mostra a importância de políticas públicas diretamente relacionadas a agentes com maiores carências. Também espera-se ser este o potencial futuro das políticas implantadas pela via dos Territórios da cidadania, que está ainda no seu início.

No que se refere aos espaços de maior carência resume-se abaixo os principais resultados, considerando-se a metodologia utilizada.

i) O Y invertido no norte de Minas

Para levantar as possíveis carências de direcionamento de recursos mapeou-se as mesorregiões do Vale do Jequitinhonha e Mucuri e também a Norte.

Quanto ao Vale do Mucuri e ao Vale do Jequitinhonha o que se pôde observar é que a mesorregião necessita de maior apoio pois, mesmo em nível dos municípios que apresentam APLs identificados, existem aqueles que apresentam baixo atendimento e que, em geral, os recursos do BNDES têm chegado relativamente menos a estas duas mesorregiões. Ainda assim, não se considera que existam espaços de carência extrema de políticas, inclusive por que existe o programa de Territórios da Cidadania e Territórios Rurais que contemplam as duas mesorregiões.

Paralelamente, no caso da Região Norte, foi possível notar que apresentam-se bons índices de captação, especialmente para os municípios participantes de APLs, mas a indicação é de que grande parte desse resultado está relacionado às liberações do PRONAF. A conclusão é a de que, de fato, retirando-se os municípios desse espaço que participam de APLs, esta é uma região que possivelmente apresenta carência de recursos.

ii) Sul da Mesorregião Sul/Sudoeste e Municípios não participantes de APLs em Campos das Vertentes e Zona da Mata

Analisando-se as mesorregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Noroeste, Sul/Sudoeste, Campos das Vertentes e Zona da Mata detectaram-se apenas três espaços que indicam a existência de possíveis carências de política.

O primeiro deles refere-se ao espaço Sul da mesorregião Sul/Sudoeste. A carência é observada também para os municípios que apresentam APLs, pois estes não estão tendo bom índice de captação do BNDES, o que também ocorre para Santa Rita de Sapucaí, pólo do APL prioritário de Eletroeletrônica em Santa Rita do Sapucaí. Isto indica a necessidade de se verificar os apoios alternativos canalizados a tais APLs.

O segundo espaço está na mesorregião de Campos das Vertentes, e refere-se, essencialmente, aos municípios que não tem APLs e que não são municípios centrais da mesorregião. Ainda que estes não apresentem uma situação tão grave como a observada na mesorregião Norte de Minas, também aqui considera-se que este é um espaço que apresenta carência de políticas

O terceiro espaço está na mesorregião da Zona da Mata, para os municípios que não participam de APLs, pois os indicadores de captação do Sistema Financeiro e do BNDES da maioria dos municípios estão abaixo da média do estado, destacando-se que a situação é mais grave para as liberações do BNDES. A indicação é a de que se apresenta certa carência de recursos.

ii) Sul da Mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte e municípios do Vale do Rio Doce que não participam das políticas territoriais

Foram analisadas as Mesorregiões Central, Metropolitana de Belo Horizonte e Vale do Rio Doce. No caso da primeira, não foram detectados espaços mais claros de carência. No caso das duas outras mesorregiões foi possível detectar dois espaços.

Considerando-se a mesorregião metropolitana de Belo Horizonte observou-se que todos os municípios participantes do APL de Fundação do Centro Oeste Mineiro que se encontram nessa

mesorregião apresentam baixa captação para o BNDES, indicando que talvez fosse interessante haver maior direcionamento dos créditos desse banco para os mesmos. Levando-se em conta os demais municípios com APLs, a maioria apresentou boa situação de captação. Detectou-se, paralelamente um espaço de carência para os municípios que não participam de APLs e estão situados ao Sul dessa Mesorregião

O segundo espaço a indicar a necessidade de maior direcionamento de recursos refere-se aos municípios da Mesorregião do Vale do Rio Doce, que não fazem parte dos Territórios Rurais. De fato, excetuando-se o município de Governador Valadares, observou-se que grande parte dos municípios da mesorregião não apresenta boa condição de captação de recursos, incluindo-se aqueles que pertencem a APLs. Ocorre, no entanto, que grande parte da mesorregião participa do programa de Territórios Rurais, de forma que podem apresentar propostas de captação prioritária de recursos. Neste sentido, os espaços de maior carência são os municípios que estão fora dos referidos Territórios.

Então, considerando-se os espaços de carência levantados é importante ainda observar que o mais grave é o referente ao Y invertido, pois refere-se a espaços de baixos PIBs e IDHms.

Quadro 1 - Cálculo dos Indicadores de captação

Indicador	Cálculo	Fonte
Indicador de captação Sist. Fin.	crédito total ofertado/PIB	BACEN
Indicador de captação BNDES	crédito para micro e pequenas empresas/PIB do município	BNDES e Fundação João Pinheiro
Ind. de cré. Agríc. a agricult. de pequeno porte	crédito do PRONAF + crédito do BNDES Agrícola a micro e pequenas empresas	MDA e BNDES

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do BACEN, BNDES, MDA

Quadro 2– Minas / Indicadores de Captação

Minas Gerais	Quartis	Ind. de Captação do BACEN				Ind. de Captação do BNDES				Ind. de Captação de Crédito Agrícola			
		Nº de mun.	Média	Máx.	Mín.	Nº mun.	Média	Máx.	Mín.	Nº mun.	Média	Máx.	Mín.
Total GERAL	Captação Alta	131	0,429	1,015	0,289	171	0,040	0,291	0,019	210	0,472	1,521	0,253
	Cap. Média	131	0,219	0,288	0,158	171	0,013	0,019	0,010	210	0,195	0,253	0,144
	Cap. Baixa	131	0,102	0,157	0,046	171	0,007	0,010	0,005	210	0,109	0,143	0,075
	Cap M. Baixa	131	0,024	0,045	0,003	171	0,003	0,005	0,000	213	0,046	0,075	0,002
	Total	524	0,194	1,015	0,003	684	0,016	0,291	0,000	843	0,205	1,521	0,002

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do BACEN, BNDES, MDA

Quadro 3- Minas / Indicador IDHM quartis

Mesoregiões Mineiras	Quartis	Índice de Desenvol. Humano Municipal – IDH			
		Nº mun.	Média	Máximo	Mínimo
Total GERAL	IDH Alto	213	0,785	0,841	0,760
	IDH Média	213	0,745	0,760	0,729
	IDH Baixo	213	0,703	0,729	0,679
	IDH Muito Baixo	214	0,642	0,679	0,568
	Total	853	0,719	0,841	0,568

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Fundação João Pinheiro

Quadro 4 - Mesorregiões Mineiras /Indicadores de captação

Mesorregiões Mineiras	Quartis	Ind. de Captação do BACEN				Ind. de Captação do BNDES				Ind. de Captação de Crédito Agrícola			
		Nº de mun.	Média	Máx.	Mín.	Nº mun.	Média	Máx.	Mín.	Nº mun.	Média	Máx.	Mín.
Campo das Vertentes	Captação Alta	1	0,346	0,346	0,346	6	0,028	0,054	0,019	6	0,314	0,393	0,254
	Cap Média	7	0,237	0,287	0,171	8	0,013	0,017	0,010	8	0,203	0,252	0,163
	Cap Baixa	4	0,098	0,142	0,064	6	0,006	0,007	0,005	13	0,114	0,143	0,078
	Cap M. Baixa	8	0,019	0,033	0,003	8	0,003	0,005	0,000	8	0,060	0,075	0,022
	Total	20	0,127	0,346	0,003	28	0,012	0,054	0,000	35	0,157	0,393	0,022
Central Mineira	Captação Alta	5	0,402	0,494	0,318	12	0,028	0,059	0,019	2	0,401	0,514	0,288
	Cap Média	6	0,240	0,278	0,210	9	0,012	0,018	0,010	6	0,195	0,252	0,160
	Cap Baixa	2	0,101	0,156	0,047	5	0,007	0,008	0,005	10	0,092	0,128	0,075
	Cap M. Baixa	5	0,023	0,029	0,015	3	0,002	0,004	0,001	12	0,057	0,075	0,014
	Total	18	0,209	0,494	0,015	29	0,017	0,059	0,001	30	0,119	0,514	0,014
Jequitinhonha	Captação Alta	6	0,363	0,494	0,301	7	0,053	0,097	0,022	22	0,517	1,338	0,287
	Cap Média	7	0,209	0,270	0,173	9	0,013	0,018	0,010	16	0,198	0,243	0,148
	Cap Baixa	14	0,100	0,148	0,046	8	0,007	0,009	0,005	9	0,115	0,138	0,078
	Cap M. Baixa	9	0,032	0,045	0,013	13	0,002	0,004	0,000	4	0,045	0,073	0,009
	Total	36	0,148	0,494	0,013	37	0,015	0,097	0,000	51	0,309	1,338	0,009
Metropolitana de BH	Captação Alta	6	0,478	1,015	0,294	12	0,040	0,077	0,019	22	0,463	0,967	0,280
	Cap Média	11	0,191	0,234	0,158	24	0,013	0,019	0,010	19	0,205	0,253	0,152
	Cap Baixa	29	0,104	0,157	0,046	19	0,007	0,009	0,005	15	0,112	0,136	0,076
	Cap M. Baixa	27	0,021	0,044	0,004	32	0,003	0,005	0,000	42	0,043	0,073	0,002
	Total	73	0,117	1,015	0,004	87	0,012	0,077	0,000	98	0,179	0,967	0,002
Noroeste de Minas	Captação Alta	8	0,583	1,001	0,395	11	0,057	0,137	0,025	4	0,294	0,321	0,257
	Cap Média	3	0,210	0,285	0,162	4	0,015	0,018	0,013	5	0,185	0,234	0,144
	Captação Baixa	-	-	-	-	1	0,008	0,008	0,008	5	0,109	0,131	0,090
	Cap M. Baixa	1	0,029	0,029	0,029	2	0,003	0,005	0,002	5	0,045	0,070	0,028
	Total	12	0,444	1,001	0,029	18	0,039	0,137	0,002	19	0,151	0,321	0,028
Norte de Minas	Captação Alta	7	0,437	0,547	0,339	9	0,095	0,291	0,021	53	0,641	1,521	0,263
	Cap Média	12	0,211	0,276	0,169	11	0,014	0,017	0,010	15	0,190	0,238	0,148
	Captação Baixa	11	0,103	0,155	0,053	17	0,007	0,010	0,005	9	0,119	0,143	0,096
	Cap M. Baixa	5	0,032	0,041	0,019	13	0,003	0,004	0,001	12	0,054	0,074	0,035
	Total	35	0,197	0,547	0,019	50	0,023	0,291	0,001	89	0,433	1,521	0,035
Oeste de Minas	Captação Alta	8	0,396	0,513	0,296	11	0,037	0,081	0,020	5	0,372	0,476	0,253

	Cap Média	12	0,234	0,284	0,172	8	0,015	0,018	0,012	12	0,201	0,247	0,162
	Cap Baixa	5	0,104	0,129	0,062	15	0,007	0,008	0,005	14	0,108	0,138	0,085
	Cap M. Baixa	5	0,023	0,036	0,011	6	0,002	0,003	0,001	13	0,060	0,074	0,015
	Total	30	0,220	0,513	0,011	40	0,016	0,081	0,001	44	0,149	0,476	0,015
Sul/Sudoeste de Minas	Captação Alta	45	0,403	0,776	0,289	22	0,030	0,069	0,019	32	0,428	0,987	0,255
	Cap Média	23	0,211	0,288	0,159	38	0,013	0,018	0,010	41	0,197	0,253	0,146
	Captação Baixa	21	0,112	0,156	0,050	45	0,007	0,010	0,005	44	0,109	0,143	0,075
	Cap M. Baixa	25	0,023	0,044	0,006	28	0,003	0,005	0,001	29	0,045	0,074	0,005
	Total	114	0,228	0,776	0,006	133	0,012	0,069	0,001	146	0,191	0,987	0,005
Triângulo Min./Alto Paran.	Captação Alta	22	0,472	0,687	0,308	43	0,040	0,120	0,019	5	0,291	0,312	0,263
	Cap Média	10	0,230	0,283	0,174	9	0,014	0,017	0,011	9	0,183	0,208	0,151
	Captação Baixa	10	0,088	0,155	0,054	8	0,007	0,009	0,005	16	0,104	0,141	0,080
	Cap M. Baixa	10	0,012	0,025	0,006	6	0,002	0,004	0,000	36	0,037	0,067	0,002
	Total	52	0,263	0,687	0,006	66	0,029	0,120	0,000	66	0,093	0,312	0,002
Vale do Mucuri	Captação Alta	3	0,340	0,362	0,303	6	0,034	0,065	0,020	3	0,507	0,886	0,288
	Cap Média	3	0,223	0,268	0,169	2	0,013	0,015	0,010	6	0,168	0,193	0,146
	Captação Baixa	4	0,090	0,140	0,055	5	0,008	0,009	0,007	10	0,104	0,128	0,090
	Cap M. Baixa	2	0,022	0,023	0,021	1	0,005	0,005	0,005	4	0,045	0,066	0,021
	Total	12	0,174	0,362	0,021	14	0,020	0,065	0,005	23	0,163	0,886	0,021
Vale do Rio Doce	Captação Alta	9	0,368	0,544	0,293	15	0,027	0,048	0,019	23	0,410	0,782	0,260
	Cap Média	12	0,222	0,275	0,169	22	0,013	0,018	0,010	27	0,189	0,240	0,150
	Captação Baixa	12	0,090	0,128	0,049	8	0,007	0,009	0,005	31	0,106	0,140	0,075
	Cap M. Baixa	22	0,029	0,043	0,011	24	0,002	0,005	0,001	19	0,043	0,074	0,015
	Total	55	0,140	0,544	0,011	69	0,012	0,048	0,001	100	0,187	0,782	0,015
Zona da Mata	Captação Alta	11	0,454	0,774	0,299	17	0,035	0,084	0,020	33	0,357	1,014	0,259
	Cap Média	25	0,223	0,283	0,174	27	0,013	0,018	0,010	46	0,195	0,242	0,146
	Captação Baixa	19	0,109	0,154	0,049	34	0,007	0,009	0,005	34	0,111	0,138	0,078
	Cap M. Baixa	12	0,026	0,045	0,012	35	0,003	0,005	0,000	29	0,049	0,075	0,006
	Total	67	0,193	0,774	0,012	113	0,011	0,084	0,000	142	0,183	1,014	0,006

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do BACEN, BNDES, MDA

Quadro 5- Mesorregiões Mineiras /Indicadores de captação- médias

Mesorregiões Mineiras	Média do Ind. de crédito Sist. Banc.				Média do Indicador de crédito BNDES				Média do Ind.de crédito AGRÍCOLA			
	Faz parte de APL?		É prioritário?		Faz parte de APL?		É prioritário?		Faz parte de APL?		É prioritário?	
	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Campo das Vertentes	0,127	0,127	0,127	-	0,011	0,020	0,012	-	0,151	0,216	0,157	-
Central Mineira	0,231	0,188	0,218	0,164	0,018	0,015	0,018	0,006	0,107	0,144	0,109	0,184
Jequitinhonha	0,098	0,176	0,137	0,163	0,013	0,017	0,016	0,015	0,249	0,362	0,246	0,399
Metropolitana de Belo Horizonte	0,105	0,156	0,100	0,184	0,012	0,011	0,012	0,009	0,194	0,097	0,188	0,120
Noroeste de Minas	0,401	0,529	0,444	-	0,037	0,045	0,039	-	0,155	0,134	0,151	-
Norte de Minas	0,178	0,233	0,182	0,309	0,021	0,029	0,025	0,009	0,446	0,395	0,445	0,265
Oeste de Minas	0,265	0,170	0,252	0,172	0,017	0,015	0,018	0,011	0,168	0,113	0,165	0,111
Sul/Sudoeste de Minas	0,219	0,253	0,227	0,250	0,012	0,009	0,012	0,003	0,209	0,122	0,191	0,172
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0,262	0,269	0,263	-	0,030	0,023	0,029	-	0,101	0,048	0,093	-
Vale do Mucuri	0,215	0,166	0,201	0,148	0,013	0,022	0,023	0,017	0,097	0,192	0,099	0,222
Vale do Rio Doce	0,141	0,107	0,140	-	0,012	0,003	0,012	-	0,189	0,073	0,187	-
Zona da Mata	0,156	0,256	0,188	0,216	0,010	0,016	0,011	0,018	0,197	0,135	0,184	0,167
Minas Gerais	0,183	0,217	0,194	0,189	0,015	0,017	0,016	0,012	0,208	0,193	0,203	0,226

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do BACEN, BNDES, MDA *1= sim; 0= não

Quadro 6 - Mesorregiões Mineiras /Indicadores IDHM quartis

Mesorregiões Mineiras	Quartis	Índice de Desenvol. Humano Municipal - IDH			
		Nº mun.	Média	Máximo	Mínimo
Campo das Vertentes	IDH Alto	9	0,781	0,819	0,760
	IDH Média	12	0,743	0,759	0,731
	IDH Baixo	14	0,708	0,729	0,682
	IDH Muito Baixo	1	0,666	0,666	0,666
	Total	36	0,737	0,819	0,666
Central Mineira	IDH Alto	7	0,780	0,801	0,760
	IDH Média	13	0,747	0,758	0,730
	IDH Baixo	5	0,699	0,722	0,680
	IDH Muito Baixo	5	0,671	0,679	0,654
	Total	30	0,734	0,801	0,654
Jequitinhonha	IDH Alto	-	-	-	-
	IDH Média	2	0,742	0,748	0,735

	IDH Baixo	8	0,691	0,712	0,679
	IDH Muito Baixo	41	0,637	0,673	0,570
	Total	51	0,649	0,748	0,570
Metropolitana de Belo Horizonte	IDH Alto	30	0,787	0,839	0,760
	IDH Média	35	0,744	0,758	0,730
	IDH Baixo	27	0,703	0,729	0,681
	IDH Muito Baixo	13	0,661	0,679	0,635
	Total	105	0,736	0,839	0,635
Noroeste de Minas	IDH Alto	2	0,786	0,812	0,760
	IDH Média	11	0,742	0,757	0,730
	IDH Baixo	6	0,711	0,722	0,695
	IDH Muito Baixo	-	-	-	-
	Total	19	0,737	0,812	0,695
Norte de Minas	IDH Alto	1	0,783	0,783	0,783
	IDH Média	2	0,747	0,758	0,736
	IDH Baixo	19	0,693	0,726	0,680
	IDH Muito Baixo	67	0,631	0,675	0,571
	Total	89	0,649	0,783	0,571
Oeste de Minas	IDH Alto	21	0,786	0,831	0,760
	IDH Média	16	0,746	0,755	0,730
	IDH Baixo	7	0,714	0,726	0,698
	IDH Muito Baixo	-	-	-	-
	Total	44	0,760	0,831	0,698
Sul/Sudoeste de Minas	IDH Alto	70	0,785	0,841	0,762
	IDH Média	58	0,746	0,759	0,733
	IDH Baixo	18	0,719	0,728	0,697
	IDH Muito Baixo	-	-	-	-
	Total	146	0,761	0,841	0,697
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	IDH Alto	50	0,786	0,834	0,760
	IDH Média	15	0,753	0,759	0,745
	IDH Baixo	1	0,716	0,716	0,716
	IDH Muito Baixo	-	-	-	-
	Total	66	0,778	0,834	0,716
Vale do Mucuri	IDH Alto	-	-	-	-
	IDH Média	1	0,742	0,742	0,742

	IDH Baixo	2	0,695	0,708	0,681
	IDH Muito Baixo	20	0,619	0,667	0,568
	Total	23	0,631	0,742	0,568
Vale do Rio Doce	IDH Alto	4	0,800	0,831	0,772
	IDH Média	7	0,736	0,754	0,730
	IDH Baixo	45	0,699	0,724	0,679
	IDH Muito Baixo	46	0,654	0,679	0,598
	Total	102	0,685	0,831	0,598
Zona da Mata	IDH Alto	19	0,779	0,828	0,762
	IDH Média	41	0,743	0,760	0,729
	IDH Baixo	61	0,703	0,728	0,683
	IDH Muito Baixo	21	0,666	0,679	0,643
	Total	142	0,720	0,828	0,643

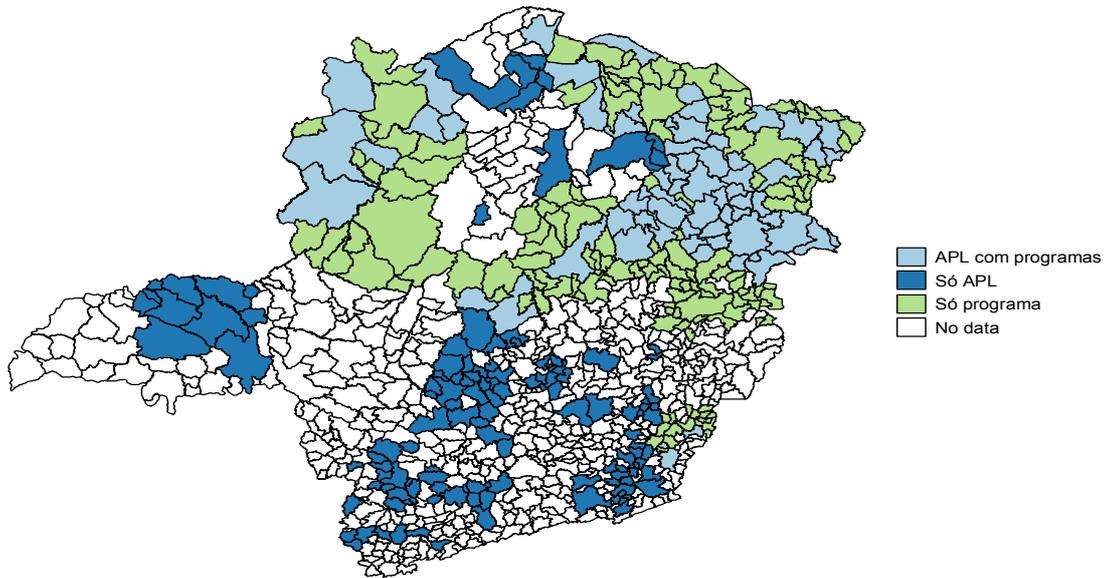
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Função João Pinheiro *1= sim; 0= não

Quadro 7 – Mesorregiões Mineiras/Média Indicadores IDHM em quartis

Mesorregiões Mineiras	Quartis	Média do IDH			
		Faz parte de APL?		É prioritário?	
		Não	Sim	Não	Sim
Campo das Vertentes	Total	0,736	0,747	0,737	-
Central Mineira	Total	0,723	0,756	0,730	0,761
Jequitinhonha	Total	0,642	0,656	0,657	0,638
Metropolitana de BH	Total	0,727	0,779	0,729	0,769
Noroeste de Minas	Total	0,730	0,765	0,737	-
Norte de Minas	Total	0,644	0,663	0,646	0,689
Oeste de Minas	Total	0,753	0,773	0,755	0,773
Sul/Sudoeste de Minas	Total	0,757	0,776	0,760	0,810
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Total	0,776	0,784	0,778	-
Vale do Mucuri	Total	0,608	0,641	0,632	0,630
Vale do Rio Doce	Total	0,682	0,819	0,685	-
Zona da Mata	Total	0,711	0,750	0,715	0,764

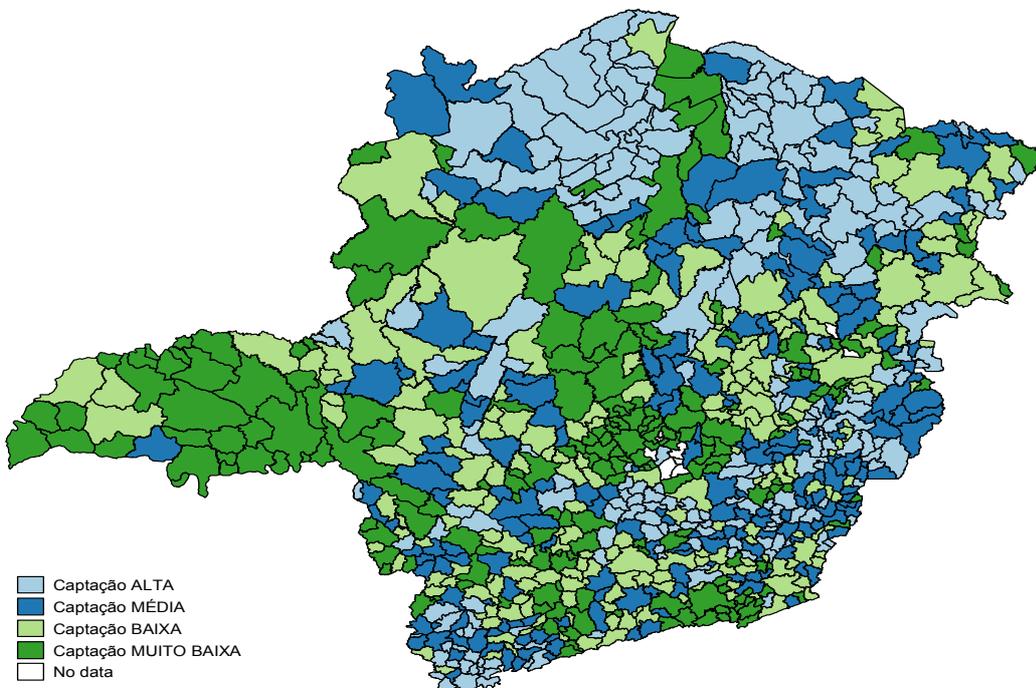
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do BACEN, BNDES, MDA e Função João Pinheiro *1= sim; 0= não

Figura1 – Distribuição dos APLs com e sem programas do governo(TR/TC/CONSADs)



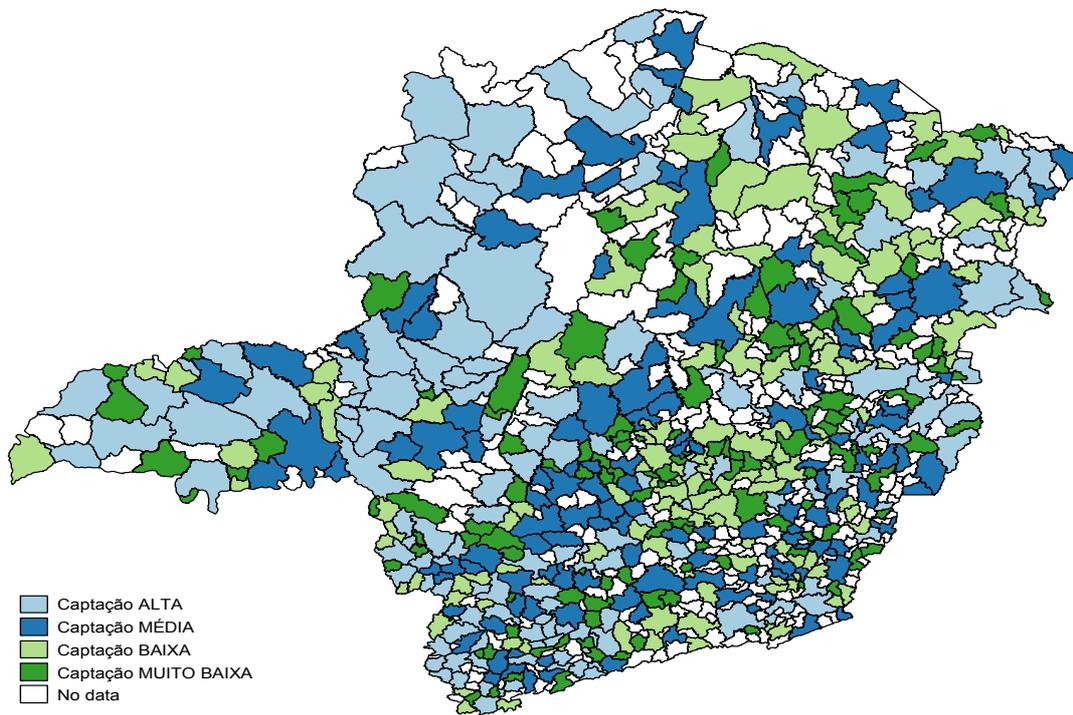
Fonte: Elaboração própria com base no relatório do GTP-APL/MDIC e dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Figura 2 - Mapa: Indicadores de Crédito Agrícola a Micro e Pequenos agentes (PRONAF e BNDES)



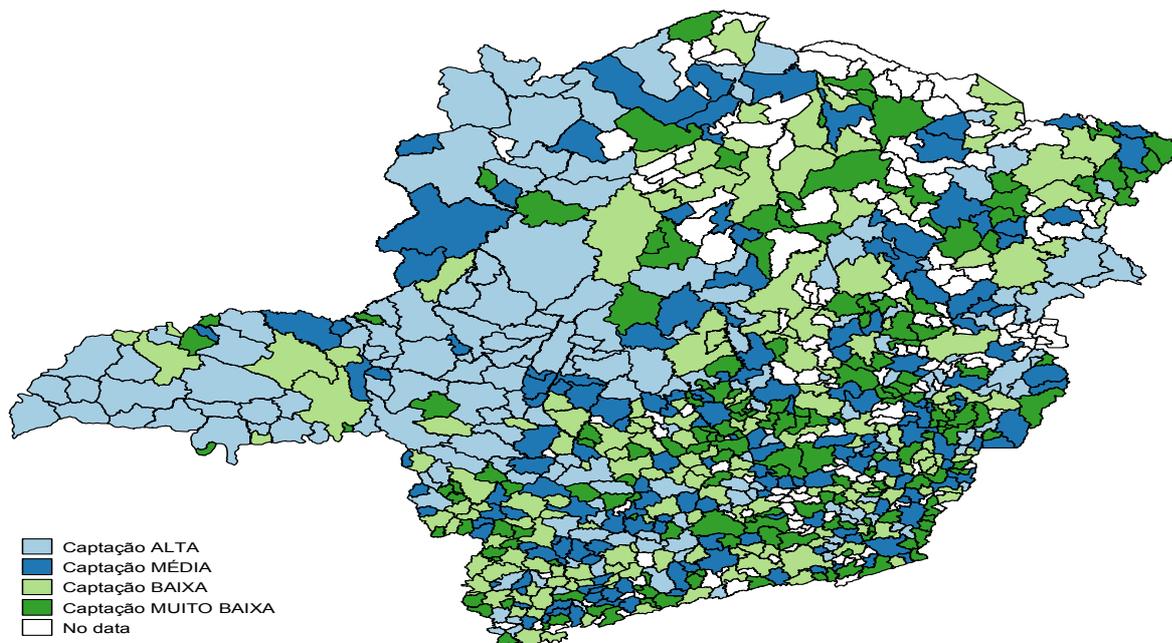
Fonte: Elaboração própria com base em dados do MDA e BNDES

Figura 3- Mapa: Indicadores de Crédito – Sistema Bancário



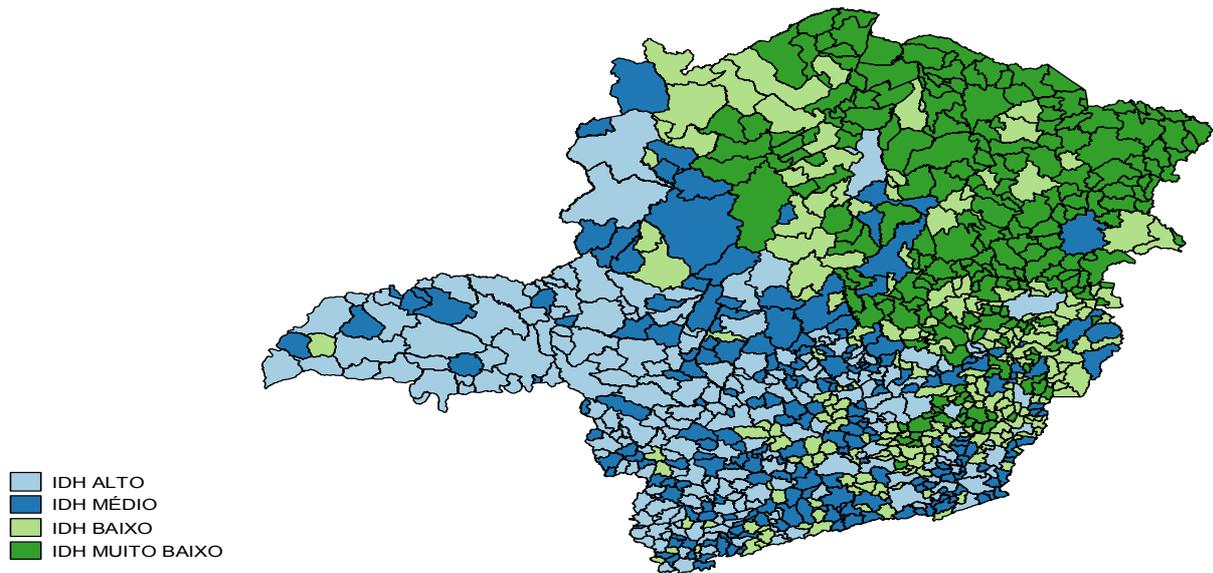
Fonte: Elaboração própria com base em dados do BACEN

Figura 4 – Indicadores de crédito BNDES micro e pequenas empresas



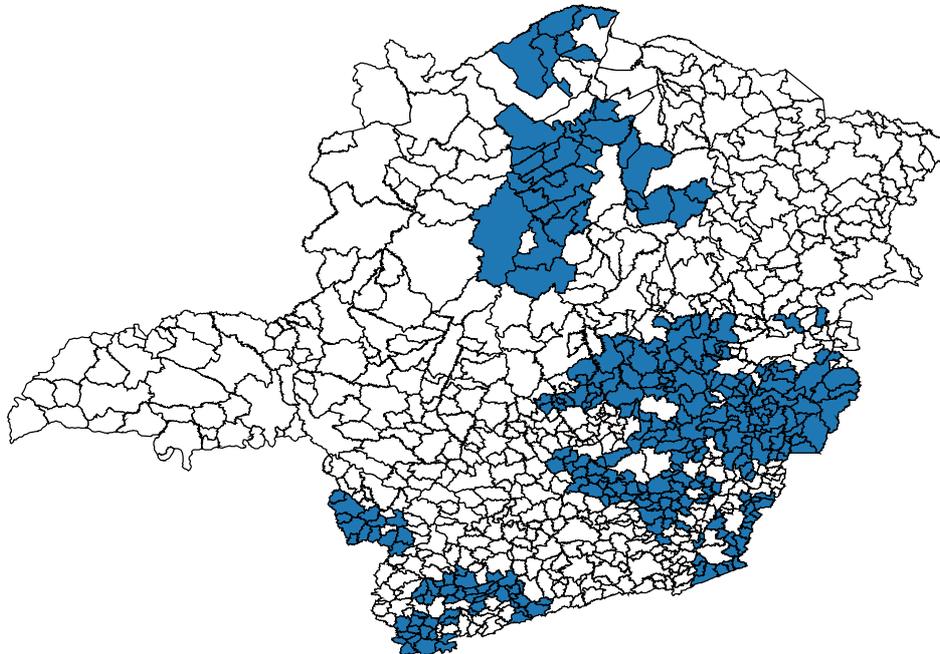
Fonte: Elaboração própria com base em dados do BNDES

Figura 5 - Mapa:IDHs Segundo classificação por quartis – Minas



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Fundação João Pinheiro

Figura 6- Mapa: Espaços de Maior carências detectados.



Fonte: Elaboração própria com base no relatório do GTP-APL/MDIC e dados do MDA, BANCO CENTRAL, BNDES.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, A. Moeda, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual. In: Lima, G. et. al. (Eds.) *Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Campus: Rio de Janeiro, 1999.
- AMARAL, P. V. M. Desenvolvimento Desigual em Minas Gerais. *Cadernos do BDMG*, no. 14, 2007.
- CAVALCANTE, A. T. M. *Financiamento e Desenvolvimento Local: um estudo sobre Arranjos Produtivos*. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Cedeplar-UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- CAVALCANTE, A., CROCCO, M., JAYME JR., F. Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional. In: CROCCO, M., JAYME JR., F. (Eds.) *Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. v.1, p.1-341.
- CHICK, V. The evolution of the banking system and the theory of saving, investment and interest. *Économies et Sociétés*, (Série Monnaie et Production, 3) v.20, n.8-9 p.111-127, Aug./Sept. 1986.
- CHICK, V. & DOW, S. A. Post-Keynesian perspective on the relation between banking and regional development. In: ARESTIS, P. (Ed.) *Post-Keynesian monetary economics: new approaches to financial modelling*. Aldershot: E. Elgar, 1988. p.219-250
- CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966. 230p
- CROCCO, M., CAVALCANTE, A., BARRA, C. The behavior of liquidity preference of banks and public and regional development: the case of Brazil. *Journal of Post Keynesian Economics*, v.28, n.2, p.217-40, Dec./Jan. 2005.
- DINIZ, C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. Belo Horizonte: *Nova Economia*, v.3, n. 1, p.35-64, 1993
- DINIZ, C. *Dinâmica regional da indústria no Brasil: início de desconcentração, risco de reconcentração*. 138f. Tese (Professor titular) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1991.
- DOW, S. The treatment of money in regional economics. In: DOW, S. (Ed.) *Money and the economic process*. Aldershot: Elgar, 1993a. p.56-72
- DOW, S. Incorporating money in regional economic models. In: DOW, S. (Ed.) *Money and the economic process*. Aldershot: Elgar, 1993b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Regiões de influência das cidades 1993*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sudeste*. Brasília:
- KEYNES, John Maynard. Teorias Alternativas da Taxa de Juros. **Revista Literatura Econômica**, vol 9, n 2. 1987. Edição original: 1937^a
- KEYNES, Jonh Maynard. A Teoria Ex-ate da Taxa de Juros. **Clássicos da Literatura Econômica**. 1988. Edição original: 1937b
- PARR, J.B. The location of economic activity: central place theory and the wider urban system. In: McCANN, P. (Ed.) *Industrial location economics*. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar, 2002. p.32-82
- MINSKY, H P. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.
- SEDE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico: <http://www.sede.mg.gov.br/>